

L E I nº 3.136/2011

Data : 11 de agosto de 2011.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de imóvel à *ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE de Bandeirantes(PR)*, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel à *ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE de Bandeirantes(PR)*, inscrita no CNPJ sob nº 77.563.815/0001-03, com sede na Rua Antônio Álvares Torres nº 50, Jardim Paraíso, nesta cidade, com a área de 13.875,00 m², com as seguintes dimensões, rumos e confrontações: “partindo do marco 06 (m06) segue rumo e distância 89º 06’ 00” NE por 92,50 metros até o marco 7B (M7B), confrontando com terras de Ando Yoskio, onde deflete à direita e segue rumo e distância 0º 54’ 00” NW por 150,00 metros, até o marco 14-A (M14-A), confrontando com a área destinada PSH, onde deflete à direita e segue com rumo e distância de 0º 54’ 00” SW por 92,50 metros até o marco 14 (M14), confrontando com as terras de Francisco Aparecido Rodrigues e outros, onde deflete à esquerda e segue rumo e distância 89º 06’ 00” NW, por 150,00 metros até o marco 06 (M06), confrontando com a área “A4”, origem da poligonal descrita, constituindo assim uma área de 13.875,00 m²”, a que se refere a Matrícula nº 9.922 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Bandeirantes(PR), avaliado em R\$-45.787,50 (quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

§ 1º - A concessão contida no “caput” deste artigo será pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva de doação à concessionária que será outorgada pelo Município.

Art. 2º - A imóvel destina-se à ampliação das atividades estatutárias desenvolvidas pela concessionária, com implantação de um centro de ecoterapia.

Parágrafo Único – A concessionária se obriga a implantar o centro de ecoterapia, a que alude o “caput” deste artigo, no prazo de 12 (doze) meses, a contar a publicação desta lei, sob pena do imóvel ser revertido ao patrimônio público, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 3º - O imóvel não poderá ser hipotecado, penhorado, arrestado, seqüestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário.

Art. 4º - A mudança, em qualquer tempo, da destinação do imóvel, dependerá da prévia autorização, por lei municipal, sob pena do imóvel ser revertido ao município, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de
Bandeirantes, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2011.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal